

MADEIREIRA GIACOMET S.A. - INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Demonstrações Contábeis acompanhadas do
Relatório do Auditor Independente

31 de dezembro de 2025

MADEIREIRA GIACOMET S.A. - INDÚSTRIA E COMÉRCIO
RELATÓRIO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

ÍNDICE

Relatório do Auditor Independente	3
Balanços Patrimoniais	7
Demonstração dos Resultados dos Exercícios	9
Demonstração dos Resultados Abrangentes	10
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	11
Demonstração dos Fluxos de Caixa	12
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	13

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas da

MADEIREIRA GIACOMET S.A. - INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **MADEIREIRA GIACOMET S.A. - INDÚSTRIA E COMÉRCIO** (“Companhia”), identificadas como “Controladora” e “Consolidado”, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da **MADEIREIRA GIACOMET S.A. - INDÚSTRIA E COMÉRCIO** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado e de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individual e consolidado para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As Demonstrações Contábeis da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins de comparação, também foram por nós examinadas, com Relatório com Opinião Modificada, emitido em 29 de abril de 2025 em função do registro da atualização de crédito a receber, no montante de R\$ 922.760 (novecentos e vinte e dois mil e setecentos e sessenta reais), ter como contrapartida uma conta do passivo circulante ao invés de conta de receita no resultado do exercício, conseqüentemente este ficou a menor em R\$ 609.021 (seiscentos e nove mil e vinte e um reais), líquido dos tributos, o patrimônio líquido está demonstrado a menor, no mesmo montante e o passivo está a maior no mesmo valor.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais ou consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre - RS, 30 de março de 2026.



HLB Brasil Assurance

Rokembach & Cia. Auditores Ltda.
CRCRS 003663/O | CNAI-PJ 40 | CVM 7048

Mozart Belmonte

CRCRS 69323/O-3 | CNAI 3541

MADEIREIRA GIACOMET S.A. - INDÚSTRIA E COMÉRCIO
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	NOTAS	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2025	2024	2025	2024
ATIVO CIRCULANTE		11.577	18.709	472.582	501.377
Caixa e equivalentes de caixa	(4)	10.000	8.152	342.977	229.257
Clientes	(5)	1.500	3.655	17.782	63.761
Estoques	(6)	-	-	92.145	133.561
Impostos e contribuições a recuperar	(7)	16	16	4.166	26.899
Ativos biológicos	(13)	-	-	6.067	41.996
Outros créditos	(9)	61	6.886	9.445	5.903
ATIVO NÃO CIRCULANTE		401.907	400.570	462.630	497.875
Ativo Realizável a Longo Prazo		178	191	17.971	21.146
Créditos de desapropriação	(8)	-	-	1.139	1.091
Depósitos judiciais	(10)	-	-	9.741	5.424
Impostos e contribuições a recuperar	(7)	-	-	6.102	13.627
Outros créditos	(9)	178	191	989	1.004
Investimentos	(11)	324.144	323.341	3	-
Propriedades para investimento	(12)	-	-	5.338	10.450
Ativos biológicos	(13)	66.662	66.120	66.662	68.248
Imobilizado	(14)	10.916	10.906	372.427	397.714
Intangível		7	12	229	317
TOTAL DO ATIVO		413.484	419.279	935.212	999.252

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

MADEIREIRA GIACOMET S.A. - INDÚSTRIA E COMÉRCIO
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	NOTAS	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2025	2024	2025	2024
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
PASSIVO CIRCULANTE		13.238	2.990	94.461	124.638
Empréstimos e financiamentos	(15)	-	-	53.375	40.772
Partes relacionadas	(20)	5.569	1.669	-	-
Dividendos a pagar	(19.b)	7.147	-	7.147	3.169
Fornecedores		15	16	23.118	58.725
Impostos e contribuições	(18)	331	205	4.034	5.159
Salários		160	127	4.034	9.633
Outras obrigações		16	973	2.753	7.180
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		4.914	4.941	297.104	313.748
Empréstimos e financiamentos	(15)	-	-	232.395	248.072
Tributos diferidos	(16)	4.914	4.941	9.751	14.652
Impostos e contribuições	(18)	-	-	37.264	37.809
Provisões para contingências	(17)	-	-	17.428	12.499
Outras obrigações		-	-	266	716
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		395.332	411.348	543.647	560.866
Capital social	(19)	255.000	75.900	255.000	75.900
Reservas de lucros		76.990	288.437	76.990	288.437
Ajustes avaliação patrimonial		64.420	64.511	64.420	64.511
Outros resultados abrangentes	(25)	(1.078)	(17.500)	(1.078)	(17.500)
Participação dos acionistas não controladores		-	-	148.315	149.518
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		413.484	419.279	935.212	999.252

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

MADEIREIRA GIACOMET S.A. - INDÚSTRIA E COMÉRCIO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	NOTAS	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2025	2024	2025	2024
RECEITA LIQUIDA DE VENDAS	(21)	9.726	14.592	418.545	541.649
Custo dos produtos vendidos	(22)	(6.450)	(5.564)	(332.707)	(441.549)
LUCRO BRUTO		3.276	9.028	85.838	100.100
Despesas com vendas	(22)	-	-	(99.360)	(85.197)
Despesas administrativas	(22)	(1.893)	(1.853)	(28.392)	(35.459)
Resultado de equivalência patrimonial	(11)	(15.620)	(29.803)	-	-
Outras receitas e (despesas) operacionais, líquidas	(23)	17	217	(7.280)	(10.910)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		(5.760)	(22.411)	(49.194)	(31.466)
Receitas financeiras	(24)	1.845	605	31.855	22.721
Despesas financeiras	(24)	(9)	(6)	(20.878)	(49.837)
RESULTADO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA		(12.384)	(21.812)	(38.217)	(58.582)
Provisão para CSLL e IRPJ – corrente e diferido	(16)	(778)	(510)	16.231	23.506
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO:		(13.162)	(22.322)	(21.986)	(35.076)
Acionistas controladores		-	-	(13.162)	(22.322)
Acionistas não controladores		-	-	(8.824)	(12.754)
Resultado básico por ação (Valores expressos em Reais)	(26)	(0,051)	(0,29)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

MADEIREIRA GIACOMET S.A. - INDÚSTRIA E COMÉRCIO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES
DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2025	2024	2025	2024
Prejuízo líquido do exercício	(13.162)	(22.322)	(21.986)	(35.076)
Hedge Accounting (líquido de impostos) (Nota 25)	16.422	(17.500)	-	-
Resultado abrangente total	3.260	(39.822)	(21.986)	(35.076)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

MADEIREIRA GIACOMET S.A. - INDÚSTRIA E COMÉRCIO
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DOS PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CONTROLADORA	Reservas de Lucros							Ajustes Avaliação Patrimonial			Lucros Acumulados	Total Controladora	Acionistas não Controladores	Total Consolidado
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Aplicação Incentivos Fiscais	Reserva Especial Correção Monetária Reflorestamento	Reserva Lucros a Realizar	Reserva Especial de Lucros	Reserva Especial Lucros Ativos Biológicos	Controladora	Controlada	Outros resultados abrangentes				
SALDOS EM 31/12/2023	75.900	15.180	497	1.261	28.243	214.002	56.962	5.664	58.941	-	-	456.650	173.592	630.242
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(22.322)	(22.322)	(12.754)	(35.076)
Hedge accounting, líquido de impostos (Nota 25)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(17.500)	-	(17.500)	(8.121)	(25.621)
Dividendos Distribuídos	-	-	-	-	-	(5.479)	-	-	-	-	-	(5.479)	(3.199)	(8.678)
Realização Ajustes Ativos Biológicos	-	-	-	-	-	-	3.827	-	-	-	(3.827)	-	-	-
Realização Ajustes Aval. Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	(94)	-	-	94	-	-	-
Reversão Reserva Especial de Lucros	-	-	-	-	-	(26.055)	-	-	-	-	26.055	-	-	-
SALDOS EM 31/12/2024	75.900	15.180	497	1.261	28.243	182.468	60.789	5.570	58.941	(17.500)	-	411.349	149.518	560.866
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(13.162)	(13.162)	(8.824)	(21.986)
Hedge accounting, líquido de impostos (Nota 25)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16.422	-	16.422	7.620	24.042
Aumento de Capital	179.100	(15.180)	-	-	-	(163.920)	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos Distribuídos	-	-	-	-	-	(12.144)	-	-	-	-	-	(12.144)	-	(12.144)
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	(7.132)	-	-	-	-	-	(7.132)	-	(7.132)
Realização Ajustes Ativos Biológicos	-	-	-	-	-	-	149	-	-	-	(149)	-	-	-
Transferência entre Reservas	-	-	-	-	(13.948)	13.948	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização Ajustes Aval. Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	(91)	-	-	91	-	-	-
Reversão Reserva Especial de Lucros	-	-	-	-	-	(13.220)	-	-	-	-	13.220	-	-	-
SALDOS EM 31/12/2025	255.000	-	497	1.261	14.295	-	60.938	5.479	58.941	(1.078)	-	395.332	148.315	543.647

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

MADEIREIRA GIACOMET S.A. - INDÚSTRIA E COMÉRCIO
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO
MÉTODO INDIRETO

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2025	2024	2025	2024
Prejuízo líquido do exercício	(13.162)	(22.322)	(21.986)	(35.076)
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Ajustes por:				
Depreciação, amortização e exaustão	4.017	3.671	87.768	118.719
Equivalência patrimonial	15.620	29.804	-	-
Valor justo dos ativos biológicos/Derivativos	(4.410)	(7.486)	20.482	(31.551)
Baixa de ativo imobilizado	-	4	2.601	1.014
Provisão para contingências	-	-	4.929	6.854
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	(216)	14.428	(216)
Tributos diferidos	(27)	86	(4.901)	(35.075)
Juros e variações apropriados	-	-	(14.440)	89.885
Variações nos ativos e passivos				
Redução/(aumento) em contas a receber de clientes	2.169	(2.086)	31.551	(30.460)
Redução/(aumento) nos estoques	-	-	41.416	18.392
Redução/(aumento) nos impostos e contribuições a recuperar	-	(2)	30.258	(807)
(Aumento)/redução em outras contas a receber	(6)	1	(7.892)	(1.053)
(Redução)/aumento em fornecedores	(1)	7	(35.607)	27.869
Aumento/(redução) em contas a pagar e provisões	3.119	1.364	(8.167)	(835)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	7.319	2.825	140.440	127.660
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Dividendos recebidos	6.831	14.861		14.830
Recebimento da venda de propriedade de investimento	-	-	3.000	-
Aplicações em ativo imobilizado	(158)	(200)	(2.175)	(20.685)
Aplicações em intangível	-	-	-	(77)
Aplicações em ativo biológico	-	-	(19.635)	(80.459)
Caixa líquido gerado/(consumido) pelas atividades de investimentos	6.673	14.661	(18.810)	(86.391)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Dividendos pagos	(12.144)	(16.339)	(19.276)	(37.539)
Obtenção de empréstimos e financiamentos	-	-	85.136	164.924
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	-	-	(73.770)	(259.529)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos	(12.144)	(16.339)	(7.910)	(132.144)
Aumento/ (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	1.848	1.147	113.720	(90.875)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.152	7.005	229.257	320.132
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	10.000	8.152	342.977	229.257

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

MADEIREIRA GIACOMET S.A. - INDÚSTRIA E COMÉRCIO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL (CONTROLADORA)

A Madeireira Giacomet S.A. - Indústria e Comércio é uma Sociedade Anônima de capital fechado, com sede em Caxias do Sul, tem por objeto social a industrialização, o comércio e a exportação de madeiras; a exploração de culturas agrícolas em geral e a pecuária; importação em geral; o reflorestamento e florestamento e demais atividades inerentes a exploração florestal; podendo participar de outras sociedades, como sócia ou acionista.

CONTEXTO OPERACIONAL (CONTROLADAS)

A controlada Araupel S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Porto Alegre-RS e filial em Quedas do Iguaçu-PR. A controlada tem por objeto social a industrialização, o comércio, a importação e exportação de madeiras e produtos agroflorestais, locação de imóveis próprios, a prestação de serviços a terceiros na área industrial e florestal, bem como os serviços fitossanitários e a participação em outras sociedades. A Araupel S.A possui 100% do seu capital nacional, sendo controlado pela acionista majoritária Madeireira Giacomet S.A, que detém 68,31% das ações da Companhia controlada.

A controlada Millpar S.A é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Guarapuava – PR onde está instalada sua principal unidade industrial com filial em Quedas do Iguaçu-PR. A Companhia tem por objeto social a industrialização, comércio, importação e a exportação de madeiras e produtos agroflorestais, a prestação de serviços a terceiros na área industrial e florestal, bem como os serviços fitossanitários. A Millpar S.A possui 100% do seu capital nacional, sendo controlado pela acionista majoritária Madeireira Giacomet S.A, que detém 68,31% das ações da Companhia controlada.

A controlada Madegisa – Investimentos e Representações Ltda é uma sociedade de cotas de participação limitada que possui o objeto social de participação em outras sociedades e a administração de bens, com sede em Caxias do Sul - RS, sendo controlada pela sócia majoritária Madeireira Giacomet S.A, que detém 99,99% das cotas da sociedade controlada.

A administração das controladas concluiu ser apropriada a adoção do pressuposto da continuidade normal de suas operações.

1.1. CONTINUIDADE OPERACIONAL – CONTROLADA MILLPAR S.A.

Impacto das tarifas de 50% impostas pelo Governo Norte-Americano sobre as exportações da controlada

Em 2 de abril de 2025, as exportações brasileiras para os Estados Unidos passaram a estar sujeitas à tarifa de 10%. Em 9 de julho de 2025, foi anunciada a imposição de tarifa incremental de 40%, totalizando 50%, aplicável a produtos embarcados a partir de 6 de agosto de 2025. Apesar de avanços nas negociações tarifárias entre os Governos do Brasil e dos Estados Unidos, os produtos exportados pela Controlada não foram contemplados com redução tarifária, permanecendo sujeitos à alíquota de 50%.

A manutenção dessa medida representou alteração relevante nas condições de acesso ao mercado norte-americano, afetando a competitividade dos exportadores brasileiros e influenciando volumes e dinâmica de preços ao longo do período.

Diante desse cenário, a Administração da Controlada atuou de forma célere e disciplinada, promovendo ajustes operacionais, revisão de estruturas de custos, fortalecimento das relações comerciais e reforço da gestão de caixa e capital de giro, o que permitiu preservar a solidez financeira e manter a estabilidade das operações ao longo do exercício. Dentre as principais medidas adotadas, destacam-se:

(i) Ajuste temporário do nível de produção, incluindo a concessão de férias coletivas nas unidades industriais, como medida preventiva de alinhamento da produção ao novo ambiente de demanda;

(ii) Redução significativa do quadro de funcionários, revisão abrangente da estrutura de custos e despesas operacionais, com redimensionamento da base de custos fixos, e negociações extensivas de contratos e insumos necessários à produção, visando maior eficiência operacional;

(iii) Gestão ativa da estratégia comercial, com intensificação do diálogo com clientes internacionais, buscando preservar relacionamentos estratégicos e assegurar continuidade das vendas; e

(iv) Reorganização da estrutura operacional, incluindo a descontinuidade das atividades na unidade de Quedas do Iguaçu, como parte de processo de otimização da capacidade instalada e concentração de recursos nas operações mais eficientes. O encerramento foi conduzido de forma planejada e responsável, em conformidade com a legislação aplicável e com a observância integral das obrigações legais, trabalhistas e contratuais pertinentes.

Este conjunto de ações foi crucial para que em 31 de dezembro de 2025, a Controlada apresentasse posição financeira líquida positiva de R\$ 32.999 (excedente de caixa sobre empréstimos e financiamentos), sendo ainda 81,32% das operações de endividamento no longo prazo. Em termos de liquidez, a Companhia apresentou em 31 de dezembro de 2025, um capital circulante líquido positivo no montante de R\$ 346.884 e posição de caixa e equivalentes no montante de R\$ 318.769, evidenciando sua capacidade de honrar suas obrigações de curto prazo.

Considerando sua posição financeira líquida positiva, o perfil de endividamento concentrado no longo prazo e a disciplina na gestão de caixa, a Administração da Controlada entende que a Controlada possui solidez e liquidez suficientes para conduzir suas operações ao longo do exercício de 2026.

A despeito da decisão da Suprema Corte Americana em relação as tarifas relacionadas a International Emergency Economic Powers Act (“IEEPA”), que consideram a tarifação ilegítima, a Administração mantém postura prudente, analisando os impactos diretos dessa recente decisão e seus desmembramentos práticos.

A Controlada seguirá monitorando atentamente o ambiente externo e adotando, quando necessário, medidas de adaptação estratégica, preservando sua flexibilidade operacional e sua capacidade de geração de caixa.

1.2. PRINCIPAIS EVENTOS OCORRIDOS DURANTE O EXERCÍCIO DE 2025

Cenário logístico e portuário – Controlada Millpar S.A.

Ao longo do ano, o contexto portuário apresentou uma ligeira melhora. Contudo, as operações na região Sul ainda enfrentam desafios devido à baixa disponibilidade de espaço, o que reduz o prazo para entrada das exportações nos portos, gera custos extras de armazenagem e maior complexidade na cadeia logística. A Millpar S.A. segue atenta às restrições operacionais nos portos e mantém sua abordagem proativa, intensificando parcerias com empresas de logística, buscando manter o compromisso com a satisfação do cliente e atendendo aos prazos de entrega.

Reforma tributária sobre o consumo - Consolidado

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (EC) no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS)), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (IS) - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro Projeto de Lei Complementar (PLP) no 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP no 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar no 214/2025.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP no 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, já aprovado no Congresso Nacional e aguardando sanção presidencial, parte da tratativa já foi incorporada e disposta na citada LC no 214/2025.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de 31 de dezembro de 2025 da Companhia.

As Administrações da Controladora e de suas controladas seguem atentas às mudanças decorrentes da reforma tributária e seus impactos na operação.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 30 de março de 2026, foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, em conformidade com as resoluções do Conselho Federal de Contabilidade.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas estão aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos financeiros disponíveis para venda e outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos e ativo biológico) são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras e consolidadas, estão divulgadas no item 3.5.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, bancos e as aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de variação de valor, e com vencimento inferior a 90 dias da data da aplicação. As aplicações financeiras são registradas aos valores nominais acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e classificados na categoria “mantidos até o vencimento”.

3.3 Clientes e perdas estimadas por créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes, classificadas na categoria de instrumentos financeiros, estão registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. Os títulos em moeda estrangeira estão convertidos em moeda nacional pelo regime de competência. As perdas estimadas por créditos de liquidação duvidosa são calculadas com base nas perdas estimadas segundo avaliação individualizada das contas a receber e considerando as perdas históricas, cujo montante é considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos.

3.4. Estoques

São demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

3.5 Uso de estimativas

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil tem como pressuposto que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, perdas estimadas por créditos de liquidação duvidosa, estoques, provisão para contingências, valorização de instrumentos financeiros em geral etc. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido às naturais imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas periodicamente.

3.6 Instrumentos financeiros

Incluem caixa e equivalentes de caixa, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, bem como contas a pagar e outras dívidas.

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente, ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis, ativos financeiros e disponíveis para a venda.

3.7 Ajustes a valor presente

Foi efetuada análise específica, quanto a efeitos em ajuste a valor presente das contas do ativo e do passivo decorrentes de operações de curto prazo, não sendo apurado efeito significativo ou relevante.

3.8 Investimentos em controladas

Os investimentos encontram-se avaliados pelo método da equivalência patrimonial. O resultado da avaliação tem como contrapartida uma conta de resultado operacional. As práticas contábeis adotadas são uniformes para registro das operações e avaliação dos elementos patrimoniais.

3.9 Propriedades para investimento

É a propriedade mantida pelo proprietário para auferir aluguel para valorização do capital. Está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas.

As receitas geradas pela propriedade para investimento que se encontra alugada são reconhecidas no resultado, dentro de cada competência.

Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item registrado em propriedades para investimento são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado.

3.10 Ativos biológicos

Os ativos biológicos da Controladora estão representados pelas florestas em formação de Pinus, cujos produtos agrícolas (toras) são vendidos em mercado ativo. Nas Controladas Araupel S.A e Millpar S.A. os ativos biológicos estão representados pelas florestas em formação de Eucalipto e Pinus, que são utilizadas basicamente como matéria-prima na própria indústria.

A metodologia utilizada na mensuração do valor justo dos ativos biológicos da controladora e da controlada Araupel S.A e Millpar S.A. corresponde à projeção dos fluxos de caixa futuros descontados, de acordo com o ciclo de produtividade projetado das florestas, levando-se em consideração as variações de preço e crescimento dos ativos biológicos. Para a apuração do valor, tomou-se por base a prognose futura, ou seja, o volume comercial a ser gerado em cada fase do projeto, para árvore em pé, excluídos os tributos incidentes, as despesas de administração estimadas e as despesas de manutenção das plantações. O aumento ou diminuição no valor justo é determinado pela diferença entre os valores justos dos ativos biológicos no início do período e no final do período avaliado.

A apuração da exaustão dos ativos biológicos é realizada com base no valor justo dos ativos biológicos colhidos no período.

A contrapartida do valor justo dos ativos biológicos, líquido dos impostos diferidos incidentes, é mantida dentro da reserva especial de lucros específica para a valorização dos ativos biológicos em função do seu valor justo, no patrimônio líquido, até a sua efetiva realização financeira e econômica, sendo neste momento transferido o valor proporcional realizado para lucros acumulados para destinação. A Companhia (Controladora e Controladas) definiu por efetuar a avaliação do valor justo de seus ativos biológicos a cada fechamento das demonstrações contábeis.

3.11 Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, estimados com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. As taxas anuais de depreciação estão mencionadas na Nota 14.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais líquidas" na demonstração do resultado.

3.12 Operações de arrendamento

Na avaliação da Administração da Companhia, os arrendamentos existentes se enquadram nas características para isenção de reconhecimento, e foram contabilizados no resultado em base linear ao longo dos contratos.

3.13 Análise sobre tratamento de tributos sobre a renda

A administração avaliou os principais tratamentos fiscais adotados pela Companhia nos períodos em aberto sujeitos a questionamento pelas autoridades tributárias e concluiu que não há impacto significativo a ser registrado nas demonstrações contábeis.

3.14 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis compreendem direito de tradição como exportador, marcas e patentes e direitos de uso de software. São demonstrados ao custo de aquisição deduzido da amortização no período, apurado de forma linear com base na vida útil definida. Para os casos que não tenham vida útil definida, é efetuada a análise de valor recuperável.

3.15 Valor recuperável de ativos

Os saldos das rubricas de ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

3.16 Imposto de renda e contribuição social

A Controladora calcula o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), corrente e diferido, pelo regime de tributação do lucro presumido. As Companhias controladas Araupel S.A. e Millpar S.A. calculam o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), corrente e diferido pelo regime de tributação do lucro real. Os saldos são reconhecidos no resultado da Companhia pelo regime de competência. A Madegisa - Investimentos e Representações Ltda calcula o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), pelo regime de tributação do lucro presumido.

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados nos balanços pelos montantes líquidos, sendo provenientes basicamente de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, e de diferenças temporárias. A provisão para imposto de renda e contribuição social corrente do exercício é apresentada nos balanços patrimoniais pelo líquido das antecipações de imposto pagos durante o exercício.

3.17 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos que a controladora mantém referem-se à captação de recursos de empresas controladas e estão registrados pelo seu valor original sem sofrer variações a título de remuneração, em função de não haver uma data pactuada para a liquidação desses valores.

Os empréstimos da controlada Araupel S.A, bem como, da controlada Millpar S.A, são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Controlada tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. Conforme descrito na nota explicativa nº 15.

3.18 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e os passivos são classificados como circulantes quando, sua realização ou liquidação sejam consideradas provável nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.19 Reconhecimento da Receita

A receita é reconhecida no resultado quando: a) seu valor pode ser mensurado de forma confiável; b) todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador; c) a Companhia não detém mais controle ou responsabilidade sobre a mercadoria vendida; d) é provável que os benefícios econômicos sejam gerados a seu favor. O resultado, apurado pelo regime de competência, inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e não circulantes.

3.20 Critérios adotados na consolidação

As demonstrações contábeis das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que as da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes com as políticas adotadas pela controladora, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Para a consolidação, os seguintes critérios são adotados: (i) eliminação dos investimentos em empresas controladas, bem como os resultados das equivalências patrimoniais, (ii) os lucros provenientes de operações realizadas entre as empresas consolidadas, assim como os correspondentes saldos de ativos e passivos são igualmente eliminados e (iii) as parcelas do patrimônio líquido e do resultado referentes às participações dos acionistas não controladores estão apresentadas em destaque no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício consolidado.

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem as da Companhia e as de suas controladas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, conforme segue:

Empresas Consolidadas	Participação	Participação - %	
		2025	2024
Madegisa Investimentos e Representações Ltda	Direta	99,9900	99,9900
Millpar S.A.	Direta	68,3052	68,3052
Araupel S.A	Direta	68,3052	68,3052
Rio das Cobras Florestal Ltda.	Indireta	99,9993	99,9993

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e bancos	4	4	317	383
Recursos em moeda estrangeira (a)	-	-	117.165	76.103
Aplicações financeiras (b)	9.996	8.148	225.495	152.771
Total	10.000	8.152	342.977	229.257

(a) Recursos recebidos de exportações, através de ordens de pagamento, ou em conta internacional com processo de fechamento de câmbio a realizar.

(b) As aplicações financeiras são representadas por Certificados de Depósitos Bancários-CDB, com liquidez imediata e remuneração bruta de 98,42% do CDI em 2025 (100,7% do CDI em 2024), a redução de rentabilidade reflete a estratégia de maior rentabilidade líquida das aplicações.

5. CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Clientes do mercado interno	1.631	3.786	3.927	6.723
Clientes do mercado externo	-	-	28.414	57.169
(-) Perdas estimadas por créditos de liquidação duvidosa	(131)	(131)	(14.559)	(131)
Total	1.500	3.655	17.782	63.761

6. ESTOQUES

	Consolidado	
	2025	2024
Produtos prontos	36.181	66.352
Produtos em elaboração	29.131	34.578
Insumos	6.928	8.151
Almoxarifado	18.535	20.112
Estoques em Terceiros	787	3.567
Adiantamento a fornecedores	583	801
Total	92.145	133.561

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

Referem-se aos créditos que as controladas Araupel S.A. e Millpar S.A. têm de ICMS em suas unidades de produção em função das exportações de vendas ao mercado local para empresas beneficiadas com diferimento desse tributo e das vendas para fora do Estado do Paraná com alíquotas interestaduais menores do que as internas que são pagas nas compras de insumos.

Para realização destes créditos, as Controladas estão habilitadas no Programa SISCREDE de transferências de ICMS dentro do Estado do Paraná, que habilita as Controladas a pagamento de fornecedores, venda de ICMS e pagamento desse tributo das Importações realizadas. As Controladas já consideram um deságio de 40% sobre os créditos de ICMS e a provisão é reconhecida no resultado na rubrica de outras receitas e despesas operacionais líquidas.

<u>CIRCULANTE</u>	2025	2024
Pis e Cofins a recuperar	13	13
Demais Impostos	3	3
Total CONTROLADORA	16	16

ICMS (líquido de provisão de deságio)	26	12.428
Pis e Cofins	74	5.924
IRPJ e CSLL	3.992	8.422
Demais impostos	74	125
Total CONSOLIDADO	4.166	26.899

	Consolidado	
<u>NÃO CIRCULANTE</u>	2025	2024
ICMS (líquido de provisão de deságio)	5.758	13.282
Demais impostos e contribuições a recuperar	344	345
Total CONSOLIDADO	6.102	13.627

8. CRÉDITOS DE DESAPROPRIAÇÃO - CONSOLIDADO

Referem-se a créditos oriundos de desapropriações de terras da controlada Araupel S.A pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em fase de execução de sentença. Os valores dos títulos de dívida agrária são atualizados pelo seu valor de face mais juros de 6% ao ano e os precatórios são remunerados em 6% a.a. mais taxa referencial (TR).

Crédito de Desapropriação	Consolidado	
	2025	2024
INCRA – Precatórios e 2ª Desapropriação – TDAS	1.139	1.091
Não Circulante	1.139	1.091

9. OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesas antecipadas (a)	20	20	1.256	2.736
Provisões Despesas portuárias/aduaneiras	-	-	216	2.726
Créditos Santa Cecilia – SC (b)	-	-	812	812
Dividendos a receber Millpar S.A.	-	6.831	-	-
Outros créditos	219	226	8.150	633
	239	7.077	10.434	6.907
Circulante	61	6.886	9.445	5.903
Não circulante	178	191	989	1.004

a) Representado por prêmios de seguros e são apropriados ao resultado pelo período de vigência da operação.

b) Crédito em processo judicial oriundo da aquisição de imóvel em Santa Cecilia/SC. adquirido através do exercício de opção de compra que constou no contrato de arrendamento, porém existem pendências junto à União e Estado de Santa Catarina, impossibilitando de realizar a escrituração e conseqüentemente a transferência de propriedade no Registro de Imóveis.

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS - CONSOLIDADO

A composição do grupo de depósitos judiciais está assim apresentada:

	Consolidado	
	2025	2024
Depósitos compulsórios	9.690	5.354
Depósitos judiciais trabalhistas	51	70
TOTAL	9.741	5.424

11. INVESTIMENTOS – CONTROLADORA

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, para fins de demonstrações contábeis individuais. Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima mencionada são avaliados pelo custo de aquisição ou valor justo, conforme o caso.

Dados dos Investimentos Diretos:

Empresa	Ano	Capital Social	Patrimônio Líquido	Participação	Resultado do Exercício - Equivalido	Resultado Abrangente - Equivalido
Araupel S.A.	2025	29.666	178.017	68,31%	(1.865)	-
	2024	29.666	180.748	68,31%	(9.403)	-
Millpar S.A.	2025	226.828	290.021	68,31%	(17.651)	16.422
	2024	226.828	291.587	68,31%	(20.688)	(17.500)
Madegisa Inv. Ltda	2025	10	4.451	99,99%	3.896	-
	2024	10	555	99,99%	288	-
Total DRE e DRA	2025				(15.620)	16.422
	2024				(29.803)	(17.500)

Movimentação em:	Araupel S.A.		Millpar S.A.		Madegisa Inv. e Repres. Ltda		TOTAL CONTROLADORA	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial	123.617	133.020	199.169	244.189	555	1.468	323.341	378.677
Equivalência Patrimonial	(1.865)	(9.403)	(1.228)	(38.189)	3.896	287	803	(47.305)
(-) Dividendos a Receber	-	-	-	(6.831)	-	-	-	(6.831)
Subtotal	121.752	123.617	197.941	199.169	4.451	1.755	324.144	324.541
(-) Dividendos Recebidos	-	-	-	-	-	(1.200)	-	(1.200)
Saldo final	121.752	123.617	197.941	199.169	4.451	555	324.144	323.341

12. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO – CONSOLIDADO

	Consolidado	
	2025	2024
Unidade de Telêmaco Borba (a)	-	3.926
Unidade de Quedas de Iguaçu (b)	5.299	6.484
Escritório Porto Alegre (c)	39	40
	5.338	10.450

(a) O imóvel de Telêmaco Borba foi vendido em 2025.

(b) Para a Unidade de Quedas de Iguaçu, após a reestruturação societária realizada em 2022, a Companhia firmou contrato de arrendamento das instalações fabris para a Millpar S.A.

(c) A Companhia possui uma sala comercial em Porto Alegre, arrendada desde 2024.

13. ATIVOS BIOLÓGICOS

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo Inicial das florestas plantadas	66.120	62.152	110.244	116.040
Custo de plantio e manutenção das florestas plantadas	481	136	481	136
(-) Exaustão florestas plantadas pelo custo de formação	(92)	(118)	(92)	(118)
Ajuste a valor justo das florestas plantadas	3.929	7.350	3.560	5.794
(-) Exaustão florestas plantadas pelo valor justo	(3.776)	(3.400)	(3.776)	(3.400)
Saldo final das florestas plantadas	66.662	66.120	110.417	118.452
Florestas compradas				
Aquisição de florestas	-	-	19.154	80.459
(-) Exaustão florestas compradas	-	-	(56.842)	(88.667)
Saldo final das florestas compradas	-	-	(37.688)	(8.208)
Saldo final das florestas plantadas + compradas	66.662	66.120	72.729	110.244
Circulante	-	-	6.067	41.996
Não circulante	66.662	66.120	66.662	68.248

De acordo com a hierarquia do CPC 46 (equivalente ao IFRS13) - Mensurações do Valor Justo, o cálculo dos ativos biológicos se enquadra no Nível 3, por conta de sua complexidade e estrutura de cálculo. Dentre as premissas utilizadas no cálculo destaca-se a sensibilidade aos preços utilizados na avaliação e a taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa descontado. Os preços praticados são os das regiões onde a Controladora e as Controladas Araupel S.A. e Millpar S.A. desempenham as suas atividades fins, já a taxa de desconto corresponde as taxas que reflitam adequadamente a remuneração do capital e riscos da Controladora e as Controladas Araupel S.A e Millpar S.A, do setor e do país. Variações significativas nos preços utilizados na avaliação resultariam em acréscimo ou decréscimo na mensuração do valor justo dos ativos biológicos.

14. IMOBILIZADO

Controladora

	Terrenos	Construções	Outros*	Imobilizações em andamento	Total
Taxa média de depreciação	-	4% a.a.	6,67% a 25% a.a.	-	-
Saldos em 31/12/2023	10.025	541	293	-	10.859
Adições	-	-	3	197	200
Depreciações	-	(90)	(59)	-	(149)
Baixas	-	-	(4)	-	(4)
Saldos em 31/12/2024	10.025	451	233	197	10.906
Adições	-	5	-	153	158
Depreciações	-	(95)	(53)	-	(148)
Transferências	-	290	9	(299)	-
Saldos em 31/12/2025	10.025	651	189	51	10.916

Consolidado

	Terrenos	Construções	Máquinas Industriais	Outros*	Imobilizações em andamento	Total
Taxa média de depreciação	-	4% a.a.	10% a.a.	6,67% a.a. 25% a.a.	-	
Saldos em 31/12/2023	233.401	49.501	61.395	22.982	36.040	403.319
Adições	-	-	-	3	20.640	20.643
Baixas	(33)	-	(153)	(226)	(457)	(869)
Depreciações	-	(4.069)	(15.260)	(7.205)	-	(26.534)
Transferências	-	18.844	19.013	11.708	(49.710)	(145)
Transferências propriedade para investimento	-	654	-	646	-	1.300
Saldos em 31/12/2024	233.368	64.930	64.995	27.908	6.513	397.714
Adições	-	295	-	65	1.812	2.172
Baixas	-	-	(18)	(170)	(2)	(489)
Depreciações	-	(3.662)	(16.607)	(6.701)	-	(26.970)
Transferências	-	-	4.706	1.447	(6.452)	-
Saldos em 31/12/2025	233.368	61.563	53.076	22.549	1.871	372.427

* A conta "Outros" é composta por: caminhões, implementos, instalações, móveis e utensílios, tratores e veículos.

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS – CONSOLIDADO

O saldo de financiamentos das controladas Millpar S.A. e Araupel S.A. correspondem ao valor dos recursos captados, acrescidos dos juros e encargos proporcionais ao período incorrido, deduzidos das parcelas amortizadas.

Agente Financeiro	Vencimentos	Consolidado	
		2025	2024
ACC - Adiantamento de Contrato de Câmbio USD	01/2026 a 01/2027	12.869	24.903
PPE - Pré Pagamento de Exportação USD	01/2026 a 06/2031	144.450	162.443
CPR-F - Cédula Produto Rural Liq. Financeira USD	01/2026 a 05/2029	78.355	101.498
CCB - Cédula de Crédito Bancário BRL	01/2025 a 04/2027	50.096	-
		285.770	288.844
Circulante		53.375	40.772
Não circulante		232.395	248.072

Os contratos em moeda estrangeira apresentados pela Companhia estão atualizados pela taxa PTAX de venda na data de 31 de dezembro de 2025.

Garantias

As operações contratadas são preponderantemente livres de garantias, avais, ou vinculação de quaisquer outras obrigações. Exclusivamente as operações de CCB, contratadas em dezembro de 2025 de forma indireta com recursos do BNDES, pelo programa federal denominado Brasil Soberano, possuem garantias vinculadas.

Movimentações dos Empréstimos

	Consolidado	
	2025	2024
Saldo inicial	288.844	293.564
Captação de empréstimos	85.136	164.924
Juros e Variação cambial apropriados	(14.440)	89.885
Pagamento de principal	(54.895)	(229.424)
Pagamento de juros	(18.875)	(30.105)
	285.770	288.844

No início do 2º semestre de 2024, a controlada Millpar S.A. concluiu junto aos seus principais bancos credores o alongamento de mais de R\$ 178 milhões em empréstimos. As operações de alongamento possuem 24 meses de carência para o principal e vencimentos de 5 até 7 anos com amortizações trimestrais. R\$ 119 milhões se referem à troca de instrumentos de dívida de curto prazo (ACC) por instrumentos de longo prazo (PPE) e R\$ 60 milhões se referem ao aditamento contratual cujo vencimento foi estendido de 2026 para 2029. O movimento permitiu dobrar o prazo médio de seu endividamento sem aumentar o custo ponderado da dívida.

Os valores de variação cambial são em sua maioria de efeito competência (sem efeito caixa), decorrentes da variação do Dólar frente ao Real, ao final de cada exercício. A partir da adoção do “Hedge Accounting” não circulam pelo resultado do exercício, sendo representado na linha de Outros resultados abrangentes.

Os valores apropriados em razão da variação cambial somaram R\$ 67 milhões, sendo a preponderância com efeito competência, enquanto os juros apropriados totalizaram R\$ 23 milhões no ano.

A controlada Millpar S.A. manteve sua estratégia de manutenção do endividamento em moeda estrangeira (dólar americano) em razão da sua natureza exportadora e seu principal mercado. O expressivo valor da variação cambial observado no ano é consequência da apreciação do real frente à moeda americana em 2025.

16. Imposto de renda e contribuição social

16.1 Composição dos tributos diferidos - Controladora

	Controladora	
	2025	2024
Passivos		
Ajustes de Avaliação Patrimonial – Custo Atribuído	8.886	8.978
Alíquota IRPJ	25%	25%
(=) IRPJ Diferido Passivo	2.221	2.245
Alíquota CSLL	9%	9%
(=) CSLL Diferido Passivo	800	808
Subtotal	3.021	3.053
Mais-Valia de Ativos Biológicos	61.464	61.316
Presunção de Lucro IRPJ (8%)	4.917	4.905
Alíquota IRPJ	25%	25%
(=) IRPJ Diferido Passivo	1.229	1.226
Presunção de Lucro CSLL (12%)	7.376	7.357
Alíquota CSLL	9%	9%
(=) CSLL Diferido Passivo	664	662
Subtotal	1.893	1.888
Total do Passivo Não Circulante	4.914	4.941

16.2 Tributos Diferidos Consolidado

Natureza dos créditos	Consolidado				2024
	Base de cálculo	2025 IR	CS	Total	Total
Ativo:					
Provisão perdas c/ créditos ICMS	543	136	49	185	4.950
Provisão para contingências	16.288	4.073	1.466	5.539	3.862
Provisão despesas comerciais	1.895	474	171	645	3.591
Provisão de despesas	2.045	512	184	696	616
Efeitos reversão receitas	-	-	-	-	1.602
Ativo Biológico	369	92	33	125	-
Variação Cambial	10.238	2.560	921	3.481	13.981
Provisão imparidade	-	-	-	-	706
Prejuízos fiscais/bases negativas	237.934	32.727	12.071	44.798	8.011
		40.574	14.895	55.469	37.319
Passivo:					
Custo atribuído	143.463	35.865	12.912	48.777	48.809
Ativos biológicos	61.464	1.229	664	1.893	2.475
Efeitos reversão receitas CPC/47	5.850	1.463	527	1.990	-
Instrumentos derivativos	36.428	9.107	3.279	12.386	-
Provisão despesas port./aduan.	511	128	46	174	687
		47.792	17.428	65.220	51.971
Tributo diferido passivo, líquido		7.218	2.533	9.751	14.652

A Controlada Araupel S.A. reconheceu créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, os quais não possuem prazo prescricional. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado anualmente pela controlada.

Com base em projeções de resultado preparadas pela administração e aprovadas pelo Conselho de Administração, a controlada espera recuperar os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social com a geração de lucros tributáveis futuros decorrentes das atividades normais e com o aproveitamento de programas de recuperação fiscal (Refis) e alienação de ativos em um período de até 10 anos.

16.3 Reconciliação entre a despesa de IRPJ e CSLL pela alíquota nominal e pela efetiva - controladora

Demonstrativo das despesas com imposto de renda e contribuição social:

	Controladora	
	2025	2024
Resultado antes dos impostos	(12.384)	(39.823)
Alíquota nominal vigente	34%	34%
Expectativa de despesa (crédito) de imposto de renda e contribuição social	(4.211)	(13.540)
Despesas / receitas não dedutíveis para fins de impostos e presunção	3.433	13.030
Encargo fiscal	(778)	(510)
Impostos correntes	(804)	(424)
Impostos diferidos	26	(86)
Encargo fiscal	(778)	(510)
Alíquota efetiva sobre base presumida	23%	2%

16.4 Impostos Correntes Consolidado

Demonstrativo das despesas com imposto de renda e contribuição social:

	Consolidado	
	2025	2024
Resultado antes dos impostos	(45.377)	(105.886)
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social	15.428	36.001
Despesas / receitas não dedutíveis para fins de impostos	(803)	(12.495)
Encargo fiscal	16.231	23.506
Impostos correntes	(1.055)	1.629
Impostos diferidos	17.286	21.877
Encargo fiscal	16.231	23.506
Alíquota efetiva	35%	29%

17. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS - CONSOLIDADO

(a) Perdas prováveis, provisionadas no balanço patrimonial:

	Não circulante	
	2025	2024
Contingência Trabalhistas	1.064	1.391
Contingências Cíveis	5.519	2.735
Contingências Tributárias	10.845	8.373
Total	17.428	12.499

Contingências Trabalhistas

A controlada Araupel S.A. é parte em ações judiciais de natureza trabalhista. Nenhuma dessas ações se refere a valores individualmente significativos. As discussões envolvem principalmente reclamações de horas extras, insalubridade e periculosidade, indenizações por acidente de trabalho, entre outros.

Contingências Cíveis

A controlada Araupel S.A. é parte em ações judiciais de natureza indenizatória, o único processo está estimado em R\$ 4.353 mil, relacionado ao pedido de indenização por danos morais e materiais e pensão.

A controlada Madegisa Investimentos e Representações Ltda adotou provisões para riscos contingenciais de natureza tributária e cível, decorrente da atividade normal de seu negócio, em montante considerado suficiente para fazer face a eventuais perdas que possam advir de desfechos desfavoráveis.

Contingências Tributárias

Em 2025 a Administração da controlada Araupel S.A. reclassificou dois processos administrativos passivos de possível para perda provável, embora os advogados ainda classifiquem como risco possível, no total de R\$ 2.282 mil. O processo do SENAR segue sendo a principal ação tributária passiva, cujo valor atualizado é de R\$ 6.940 que possui depósito judicial contingenciando eventual perda.

(b) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço patrimonial (consolidado):

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Tributárias	-	-	7.395	1.558
Cíveis	-	-	2.940	78.101
Trabalhistas	2.002	-	2.199	121
Total	2.002	-	12.534	79.780

- Tributárias – representado por autuações federais que se encontram em andamento nas esferas administrativas. Na visão dos advogados, no âmbito judicial o risco é remoto; entretanto, a administração entende risco possível.
- Cíveis – a maioria das ações cíveis é de natureza indenizatória, sendo que em todas as ações já houve a apresentação de contestação as mesmas encontram-se em fase de instrução processual, decorrentes do curso normal de suas operações e de suas controladas. Em janeiro de 2026 a controlada Araupel S.A. obteve a homologação judicial do acordo relativo ao litígio fundiário, que resultará na extinção das ações de natureza fundiária. Portanto, foi alterado o prognóstico pelos seus assessores externos de possível para remoto do montante de R\$ 75.000 mil.
- Trabalhistas – Na controladora, as possíveis perdas de natureza trabalhistas, totalizam R\$ 2.002. Na controlada Millpar S.A. é parte em ações judiciais de natureza trabalhista e cível que totalizam R\$ 197 mil (R\$ 3.519 mil em 2024). Nenhuma dessas ações se refere a valores individualmente significativos. As discussões envolvem principalmente reclamações de horas extraordinárias, insalubridade e periculosidade, indenizações por acidente de trabalho, entre outros.

18. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
INSS e Funrural	30	26	1.601	2.492
FGTS	12	12	356	760
PIS e COFINS	9	18	396	636
IRRF	41	38	630	727
ISSQN	-	-	-	1
Contribuição Social (a)	66	33	9.541	9.508
Imposto de Renda (a)	132	64	26.455	26.387
Outros Impostos	41	14	2.319	2.457
Total	331	205	41.298	42.968
Circulante	331	205	4.034	5.159
Não circulante	-	-	37.264	37.809

(a) A Controlada Araupel S.A., em 2003, integralizou capital na investida Rio das Cobras Florestal Ltda, mediante aporte de investimento detido na Giacomar Indústria e Comércio Ltda, e ativos imobilizados reavaliados a mercado. A operação gerou um ganho de R\$ 105.277, reconhecido no resultado da Controlada na respectiva competência e um passivo a título de imposto de renda e contribuição social foi constituído até a realização dos ativos reavaliados.

19. CAPITAL SOCIAL E DESTINAÇÃO DO RESULTADOS

O Capital Social da Companhia está totalmente subscrito e integralizado, sendo composto de 255.000.000 ações sem valor nominal, pertencentes a acionistas residentes e domiciliados no país.

Foram transferidos da conta do saldo de Reserva Especial de Lucros (R\$ 163.900) e Reserva Legal (R\$ 15.180) totalizando o valor de R\$179.100 para conta do Capital Social.

Ainda, por conta do saldo de Reserva Especial de Lucros foram distribuídos em 2025 R\$ 12.144 (R\$ 5.479 em 2024), do resultado do exercício foram absorvidos R\$ (13.162) referente prejuízo (R\$ 39.823 em 2024), também conforme Ata, foi transferido para dividendos a pagar o valor de R\$ 7.132 e ainda, foi destinado para Reserva Especial de Lucros o valor de R\$ 13.948 da conta de Reserva de Lucros a Realizar.

19.a. Dividendos obrigatórios

	Controladora	
	2025	2024
Prejuízo líquido do exercício	(13.162)	(22.322)
Base de cálculo para dividendos	(13.162)	(22.322)
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	-	-
Dividendo mínimo obrigatório, por ação	-	-

19.b. Demonstrativo dos Dividendos a Pagar

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Dividendos de anos anteriores a pagar	7.132	-	7.132	3.169
Dividendos a pagar para sócio em processo de inventário	15	-	15	-
Total dos dividendos a pagar	7.147	-	7.147	3.169

20. PARTES RELACIONADAS

a) Partes Relacionadas

	Passivo Circulante	
	2025	2024
Madegisa Inv. e Representações Ltda	5.569	1.669
Total	5.569	1.669

b) Os honorários da administração estão incluídos em Despesas Gerais e Administrativas, conforme quadro a seguir:

Diretoria e Conselhos	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Pró-labore	(646)	(599)	(6.184)	(5.404)
Encargos	(129)	(120)	(1.237)	(1.080)
Total	(775)	(719)	(7.421)	(6.484)

21. RECEITAS LÍQUIDA DE VENDAS

	Controladora		Consolidado	
	2024	2024	2025	2024
Receita Bruta Mercado Interno	6.488	7.846	63.755	73.947
(-) Devolução Mercado Interno	-	-	(576)	(4.229)
Receita Bruta Mercado Externo	-	-	363.465	475.281
(-) Devolução Mercado Externo	-	-	(5.072)	(2.897)
Valor Justo Ativo Biológico	3.929	7.350	3.929	7.350
RECEITA BRUTA	10.417	15.196	425.501	549.452
TRIBUTOS SOBRE AS VENDAS	(691)	(604)	(6.956)	(7.803)
COFINS	(177)	(235)	(4.422)	(5.160)
Contribuição Previdenciária Rural	(133)	(161)	(271)	(164)
ICMS	(343)	(157)	(1.303)	(1.359)
PIS	(38)	(51)	(960)	(1.120)
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	9.726	14.592	418.545	541.649

22. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Custos fixos e variáveis	(3.867)	(3.519)	(232.525)	(313.025)
Despesas portuárias, armazenagem e fretes	-	-	(95.158)	(79.891)
Gastos com pessoal	(2.291)	(2.068)	(79.836)	(112.517)
Serviços de terceiros	(1.371)	(1.013)	(11.472)	(11.168)
Depreciação e amortização	(151)	(163)	(27.118)	(26.568)
Publicidade	(6)	(50)	(6)	(50)
Energia elétrica	(71)	(60)	(10.742)	(13.584)
Infraestrutura	(217)	(161)	(360)	(342)
Veículos	(82)	(51)	(82)	(51)
Outros gastos	(287)	(332)	(3.160)	(5.009)
	(8.343)	(7.417)	(460.459)	(562.205)
Despesas com vendas	-	-	(99.360)	(85.197)
Despesas administrativas	(1.893)	(1.853)	(28.392)	(35.459)
Custos	(6.450)	(5.564)	(332.707)	(441.549)
	(8.343)	(7.417)	(460.459)	(562.205)

23. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Outras receitas operacionais	17	221	10.467	4.786
Outras receitas	15	5	5.408	2.220
Ganho s/ venda ativos	2	-	1.945	2.350
Recuperação de créditos	-	216	3.114	216
Outras despesas	-	(4)	(17.747)	(15.696)
Honorários profissionais	-	-	(2.902)	-
Baixa ativo fixo	-	(4)	(3.880)	(4.210)
Reclamações cíveis e trabalhistas	-	-	(333)	-
Provisão para riscos e contingências	-	-	(5.572)	(11.461)
Outras despesas	-	-	(5.060)	(25)
Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas	17	217	(7.280)	(10.910)

24. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<u>Receitas financeiras</u>	1.845	605	31.855	22.721
Juros e descontos ativos	924	3	3.024	85
Receitas de aplicações financeiras	921	602	25.511	21.877
Variação cambial líquida	-	-	3.243	457
Outras Receitas	-	-	77	302
<u>Despesas financeiras</u>	(9)	(6)	(20.878)	(49.837)
Juros e descontos passivos	(1)	(6)	(213)	(1.980)
Juros sobre financiamentos	-	-	(17.582)	(23.186)
Variações passivas e cambial líquida	-	-	(60)	(21.578)
Outras despesas financeiras	(8)	-	(2.343)	(1.239)
Deságio sobre venda de crédito ICMS	-	-	(680)	(1.854)
Resultado financeiro	1.836	599	10.977	(27.116)

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS - CONSOLIDADO

Em 2024, a controlada Millpar S.A., após a adesão a Política de *Hedge Accounting*, a porção efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos é reconhecida em “outros resultados abrangentes”, enquanto a porção não efetiva é reconhecida imediatamente no resultado financeiro.

Os derivativos são usados apenas para fins econômicos de *hedge* e não como instrumentos especulativos.

As transações previstas altamente prováveis, protegidas por *hedge*, mantidas em moeda estrangeira devem ocorrer em diversas datas durante os próximos 7 anos. Ganhos e perdas reconhecidos como outros resultados abrangentes no patrimônio líquido referentes a contratos de dívida em moeda estrangeira, em 31 de dezembro de 2025, são reconhecidos na demonstração do resultado no período ou nos períodos em que a transação prevista e protegida por *hedge* afetar o resultado.

26. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício atribuível aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, excluindo as ações em tesouraria. No caso da Companhia, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação, pois esta não possui ações ordinárias ou preferenciais, potenciais diluidoras.

	2025	2024
Resultado atribuível aos acionistas da companhia	(13.162)	(22.322)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (em milhares)	255.000	75.900
Resultado básico/diluído por ação – (valores expressos em Reais)	(0,051)	(0,29)

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Acordo Judicial – Conflito Fundiário (Glebas Pinhal Ralo e Rio das Cobras) – Araupel S.A.

Em 15 de janeiro de 2026, a Controlada Araupel S.A. obteve a homologação judicial do acordo relativo ao litígio fundiário que envolvia as Glebas Pinhal Ralo e Rio das Cobras, localizadas no Estado do Paraná. O litígio foi encerrado mediante transação homologada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR) e pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4).

Os termos principais do acordo e seus impactos são detalhados a seguir:

Objeto: Regularização fundiária e desapropriação indireta de aproximadamente 58 mil hectares para fins de reforma agrária.

Indenização Total: O montante global da transação foi fixado em R\$ 584.700 mil, a ser pago pela União Federal.

Direito da Entidade: À Araupel S.A. cabe o montante de R\$ 552.600 mil e à investida Rio das Cobras cabe o montante de R\$ 32.100 mil a ser recebido por meio de precatórios federais. Nos montantes não estão sendo considerados os impactos tributários.

Precatórios: Após a celebração e homologação do acordo, os precatórios foram transmitidos e autuados com base na requisição de pagamento em janeiro de 2026. A data base da expedição dos precatórios foi realizada em 1º de fevereiro de 2026, respeitando o rito constitucional e orçamentário da União.

Tomada de crédito – Millpar S.A.

Em dezembro de 2025, a controlada Millpar S.A. contratou uma operação de crédito direto com o BNDES pelo programa Federal denominado “Brasil Soberano”, no montante total de R\$ 150.000, com prazo de pagamento de 20 meses e carência de 12 meses; o aporte de caixa ocorreu em janeiro de 2026.

Tarifa Operações com Estados Unidos da América – Millpar S.A.

Em 20 de fevereiro de 2026, a Suprema Corte dos Estados Unidos decidiu que a tarifação IEEPA (International Emergency Economic Powers Act) foi aplicada ilegalmente, revogando sua aplicabilidade e permitindo que importadores solicitem a restituição dos valores pagos.

A administração da controlada Millpar S.A. avalia de forma prudente os impactos dessa recente decisão, seguindo atenta a decisões responsáveis, baseados em dados concretos e na preservação da solidez da controlada Millpar S.A.

* * *